

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA
SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

São partes nesta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce" ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora ("Companhia"):

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 26, 19º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 33.592.510/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social; e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures" e "Debenturistas") ("Agente Fiduciário):

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social;

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006, cujo extrato da ata foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 2006 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI – Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio" em 17 de novembro de 2006; e (ii) da reunião da diretoria executiva da Companhia que ratificará o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), cujo extrato da ata será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI – Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio".



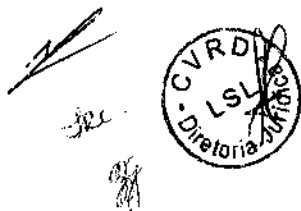
2. REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76");
- II. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário (i) através do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) através do Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei n.º 6.404/76, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- IV. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A Oferta deverá ser registrada na ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da concessão do respectivo registro, pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 ("Código de Auto-Regulação ANBID").

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social, diretamente ou através da participação em outras sociedades, (i) realizar o aproveitamento de jazidas minerais no



território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; (ii) construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros; (iii) construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário; (iv) prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte; (v) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos; (vi) exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza; e (vii) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão utilizados para amortizar parcialmente os valores devidos pela Companhia no âmbito do empréstimo-ponte denominado "*Credit Agreement*", financiamento obtido pela Companhia em 25 de outubro de 2006 para a aquisição do controle acionário da Inco Limited, conforme informado em fato relevante publicado em 11 de agosto de 2006.

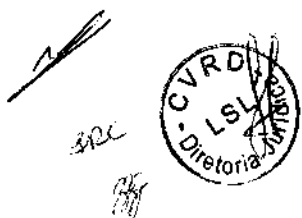
5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 5.2 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelas instituições intermediárias da Oferta ("Coordenadores"), por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da



Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição ("Procedimento de Bookbuilding"):

- I. da quantidade das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), observadas as quantidades mínima e máxima das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série previstas na Cláusula 6.5 abaixo, bem como observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderá exceder R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), e nem 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo); e
 - II. da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observados os limites previstos na deliberação (h) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006.
- 5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pela diretoria executiva da Companhia e será divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM n.º 400/03, bem como será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.
- 5.3 *Prazo de subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.
- 5.4 *Forma de subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP.
- 5.5 *Forma e preço de integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, sendo que:
- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e
 - II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada



pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a sétima emissão pública de debêntures da Companhia.

- 6.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.

- 6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no contrato de colocação das Debêntures, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de publicação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo excesso da demanda, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.

- 6.3.2 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), que poderão ser emitidas pela Companhia, a seu critério, até a data de publicação do Anúncio de Início. A critério da Companhia e dos Coordenadores, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.

- 6.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").

- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em duas séries, observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não



poderá exceder 500.000 (quinhentas mil) Debêntures e nem R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), e que a quantidade de cada série será definida no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que:

- I. a primeira série será composta por, no mínimo, 100.000 (cem mil) Debêntures e, no máximo, 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Primeira Série"); e
- II. a segunda série será composta por, no mínimo, 100.000 (cem mil) Debêntures e, no máximo, 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Segunda Série").

6.5.1 A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.

6.5.2 Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC; que, igualmente, em ambos os casos, servirão de comprovante de titularidade de Debêntures.

6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.

6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.

6.8.1 Tendo em vista que, (i) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social da Companhia é de R\$19.492.400.974,56 (dezenove bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos mil, novecentos e setenta



e quatro reais e cinquenta e seis centavos); e (ii) as Debêntures, somadas às debêntures da sexta emissão da Companhia não resgatadas ou canceladas, no valor de R\$3.885.590,56 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos), totalizam R\$5.003.885.590,56 (cinco bilhões, três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos); o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está atendido.

- 6.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de novembro de 2006 ("Data de Emissão").
- 6.10 *Prazo e data de vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2010 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2013 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").
- 6.11 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal (i) das Debêntures da Primeira Série será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 6.12 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal não será atualizado.
- 6.13 *Remuneração.*
- 6.13.1 *Remuneração da Primeira Série.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI—Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série os titulares das Debêntures da Primeira Série ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à respectiva data de pagamento.



A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$

JR = valor da Remuneração da Primeira Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k"; e

S = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



6.13.2 *Remuneração da Segunda Série.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série os titulares das Debêntures da Segunda Série ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração da Segunda Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = spread ou sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{N}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

spread = a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*;

N = 252;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.13.3 Indisponibilidade temporária da Taxa DI. Observado o disposto na Cláusula 6.13.4 abaixo, se, na data de vencimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será aplicada à Remuneração da Primeira Série e/ou à Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

6.13.4 Substituição da Taxa DI. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início



desta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso. Caso titulares das Debêntures da Primeira Série, reunidos em assembléia, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou titulares das Debêntures da Segunda Série, reunidos em assembléia, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, não aprovem o parâmetro proposto pela Companhia, as Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou as Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, deverão ser resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, na sua totalidade, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da(s) assembléia(s) geral(is) de Debenturistas a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou do resgate, conforme o caso, será utilizado o mesmo percentual da última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*.

6.14 *Repactuação*. Não haverá repactuação programada.

6.15 *Resgate antecipado facultativo*. A Companhia:

- I. não terá a faculdade de resgatar antecipadamente quaisquer das Debêntures da Primeira Série; e
- II. a partir de 20 de novembro de 2010 (inclusive), terá a faculdade de resgatar antecipadamente a totalidade (e apenas a totalidade) das Debêntures da Segunda Série em circulação (com seu conseqüente cancelamento), mediante:
 - (a) aprovação do conselho de administração da Companhia;
 - (b) publicação de aviso nos termos da Cláusula 6.22 abaixo, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias da data do resgate ("Data do Resgate"), informando (i) a data da reunião do conselho de administração da Companhia que aprovou o resgate



antecipado total; (ii) a Data do Resgate; e (iii) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e

- (c) pagamento (i) do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio"):

$$P = \frac{d}{D} \times 0,35\%, \text{ onde:}$$

P = Prêmio;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data do Resgate e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre 20 de novembro de 2010 e a Data de Vencimento da Segunda Série.

- 6.16 *Aquisição facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 6.17 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.18 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer



comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.19 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

6.19.1 Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.

6.20 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

6.21 *Vencimento antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso III abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.21.2 abaixo), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia formulado por



- terceiros não elidido pela Companhia no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
- II. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei n.º 6.404/76;
 - III. não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração, do Prêmio ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados das datas dos respectivos vencimentos;
 - IV. descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento de aviso escrito neste sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
 - V. caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10 abaixo provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
 - VI. ocorrência de inadimplemento ou de evento de inadimplemento pela Companhia ou por qualquer Controlada Relevante, que não esteja sanado, de qualquer contrato, instrumento ou documento evidenciando dívida em aberto em valor igual ou superior a R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") (ou seu contravalor em outras moedas, conforme calculado pela taxa de conversão de venda aplicável divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil anterior), desde que tal inadimplemento ou evento de inadimplemento resulte no efetivo vencimento antecipado da referida dívida;
 - VII. redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76; ou
 - VIII. aprovação de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia ou venda, pela



Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, observado que o disposto neste inciso não se aplica:

- (a) conforme previsto no artigo 231 da Lei n.º 6.404/76, às operações de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia desde que
 - (i) qualquer uma das operações a que se refere esta alínea tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou
 - (ii) tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; e
- (b) às operações de venda, pela Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, desde que:
 - (i) tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou
 - (ii) tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; ou
 - (iii) os seguintes requisitos tenham sido cumulativamente satisfeitos: (1) a entidade ou pessoa receptora de todos ou de substancialmente todos os ativos ou propriedades de mineração da Companhia ("Sucessora") assuma expressamente o integral e pontual pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, assim como o cumprimento de todos os compromissos e



obrigações da Companhia relacionados às Debêntures; (2) imediatamente após a realização de qualquer uma das operações a que se refere esta alínea, não tenha ocorrido e não seja existente qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Cláusula; (3) a Companhia entregue ao Agente Fiduciário uma declaração assinada por dois de seus diretores e uma opinião legal de um escritório de advocacia externo, independente e de reputação, ambas afirmando que a operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) atende às disposições desta alínea; e (4) a Sucessora concorde expressamente a indenizar os Debenturistas com relação a qualquer tributo, tarifa, emolumento ou taxa governamental devida no Brasil ou na jurisdição da Sucessora que venha a ser devido com relação a qualquer pagamento relativo às Debêntures em decorrência da operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) e a pagar tais valores adicionais que sejam necessários para assegurar que os valores líquidos recebidos pelos Debenturistas após tais retenções ou deduções sejam equivalentes aos valores que seriam recebidos pelos Debenturistas caso a operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) não tivesse ocorrido.

Para os fins desta Escritura de Emissão:

"Controlada" significa, a qualquer tempo, qualquer entidade em que a Companhia seja, direta ou indiretamente, titular de mais de 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto em circulação e que a Companhia tenha o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou outros órgãos de administração.

"Controlada Relevante" significa, a qualquer tempo, uma Controlada na qual a participação proporcional da Companhia (incluindo eventuais participações indiretas por meio de outras Controladas) nos ativos totais da Controlada (após exclusões por conta da consolidação) exceda 10% (dez por cento) dos ativos consolidados totais da Companhia ao final do último exercício social encerrado, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

6.21.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II ou III, da Cláusula 6.21 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.



- 6.21.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.21 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.21.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleias gerais de Debenturistas, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, das referidas assembleias gerais de titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
- 6.21.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com o seu conseqüente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso (e, no caso do inciso III da Cláusula 6.21, acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.22 *Publicidade.* Exceto o Anúncio de Início, o anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento"), o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados nos jornais "DCI – Diário



Comércio e Indústria", "Jornal do Commercio" e "Gazeta Mercantil", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI – Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

- 6.23 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Companhia Vale do Rio Doce
Av. Graça Aranha, 26, 19º andar
20030-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Guilherme Cavalcanti
Telefone: (21) 3814-4477
Fac-símile: (21) 3814-4040
Correio Eletrônico: guilherme.cavalcanti@cvrd.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. D.T.V.M.
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

[Handwritten signature]



7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA





7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.cvrld.com.br):
 - (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e demais normas de consolidação emitidas pela CVM;
 - (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (c) as informações obrigatórias previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; e
 - (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como extratos de atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração, desde que envolvam diretamente o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que foram realizados;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário, imediatamente após sua ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.21 acima;
- III. fornecer ao Agente Fiduciário resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação;
- IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não



afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

- V. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VI. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VII. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- VIII. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BovespaFix);
- IX. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco;
- X. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos do inciso III da Cláusula 8.3 abaixo;
- XI. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de Debenturistas pela Companhia; e

XII. comparecer às assembléias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

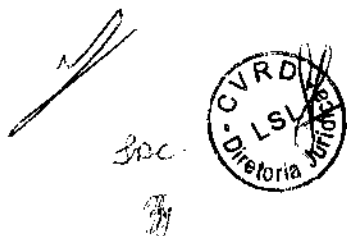
8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
- V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VII. verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VIII. é equiparada a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e



- XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.
- 8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Companhia;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembléia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
 - V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
 - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
 - VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo



valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.22 e 6.23 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e
- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração (a) de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela anual da remuneração devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, e as demais, no mesmo dia dos anos subseqüentes; (b) reajustada anualmente, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela variação do IGPM, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- II. poderá, a partir do 60º (sexagésimo) dia de inadimplência no pagamento da remuneração a que se refere o inciso I acima por parte da Companhia, emitir boleto de cobrança do valor em atraso para os Debenturistas, na proporção de seus créditos, para poder continuar o Agente Fiduciário a prestar e manter a qualidade dos serviços contratados;
- III. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 30 (trinta)



dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:

- (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
- (b) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (c) extração de certidões;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

IV. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso III acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e



- V. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso IV acima será acrescido à dívida da Companhia e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
 - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - VI. verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
 - VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
 - VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
 - IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



FAC.


- XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XIII. convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XIV. comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, no 1º (primeiro) dia útil contado da data da realização da assembléia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de Debenturistas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na Bovespa e na sede dos Coordenadores;
- XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.22 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, à CETIP e à Bovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a Bovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da

inc



comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à Bovespa; e

XXII. fazer com que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos do inciso IX da Cláusula 7.1 acima, e encaminhar à Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID cópia das referidas atualizações em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.21 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II e III acima da Cláusula 8.5 acima se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação.

9. ASSEMBLÉIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares de Debêntures da Primeira Série e os titulares de Debêntures da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures da Primeira Série e dos titulares de Debêntures da Segunda Série.



- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 As assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries se instalarão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries caberá aos Debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas de cada uma das séries dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 5º, da Lei n.º 6.404/76; (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.13.4 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; (e) da alteração das disposições sobre resgate antecipado facultativo; ou (f) criação de evento de repactuação.
- 9.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembleia geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, ou a qualquer controladora ou controlada, direta



ou indireta, da Companhia, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembléias gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembléias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembléias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, (a) não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia; e (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e



suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- VII. o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e o Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo em conjunto, "Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas, e suas coligadas, e suas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Companhia; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação ANBID;
- VIII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Companhia, às suas controladas diretas e indiretas e às suas coligadas foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- IX. as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- X. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XI. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XII. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal



ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e

XIII. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM.

10.1.1 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Companhia compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15. LEI APLICÁVEL

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.






16. FORO

- 16.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 2006.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).

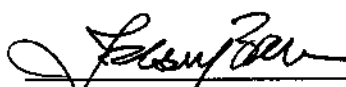


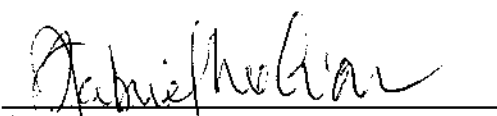
ARC.



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 1/3.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE



Nome: Fabio Barbosa
Cargo: Diretor Executivo


Nome: Gabriel Stolar
Cargo: Diretor Executivo

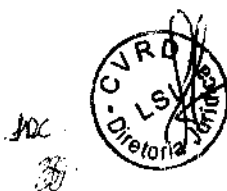


ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE
DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE
DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3.

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.


Nome: MAURICIO DE CASTRO RIBEIRO
Cargo: DIRETOR

Nome:
Cargo:





ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 3/3.

Testemunhas:

Luciana
Nome: Luciana Ribeiro da Costa
Id.: 8273884-0

Bruna Braz Gonçalves Botelho
Nome: BRUNA BRAZ GONÇALVES BOTELHO
Id.: 10452491-3



	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	
Nire: 33.3.0001976-6	
Protocolo: 00.2006/163729-7 - 04/12/2006	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/12/2006 E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.	
ED33000083-5/000	
DATA: 05/12/2006	
	
Valéria S. A. Serra SECRETARIA GERAL	